

EUA: Mortes por policiais no Rio cresceram 36%

direitos humanos
Relatório do Departamento de Estado diz que polícias estaduais torturaram e “praticaram matanças” em 2003

José Meirelles Passos

● WASHINGTON. Divulgado ontem pelo governo dos EUA, o documento “Práticas de direitos humanos, 2003” dedica um capítulo de 30 páginas ao Brasil, 12 delas sobre a violência policial. O Rio de Janeiro é considerada a cidade mais perigosa, especialmente por causa da atuação das autoridades da segurança. De janeiro a setembro de 2003, a polícia fluminense matou 917 pessoas, uma média de 102 por mês, segundo o documento, o que significou um aumento de 36% em relação a 2002. Em São Paulo, os policiais

mataram 678 pessoas naquele mesmo período: foram 75 por mês, índice 32% maior que no ano anterior.

A violência chegou a tal ponto no Brasil, afirma o documento, que acabou diminuindo a expectativa média de vida dos homens em pelo menos três anos. Segundo o informe, o homicídio é hoje a principal causa da morte de meninos entre 10 e 14 anos.

Além disso, 72% das mortes masculinas na faixa de 15 a 19 anos se devem a homicídios, suicídios ou acidentes de trânsito. O documento, preparado anualmente pelo Departamen-

to de Estado, foi entregue ao Congresso americano ontem e registra os abusos cometidos em todo o mundo.

Documento critica governos estaduais

O informe ressalta que o governo federal “em geral respeita os direitos humanos”. O documento, porém, critica os governos estaduais. “Forças policiais dos estados praticaram muitas matanças extra-judiciais, torturaram suspeitos durante interrogatórios e detiveram pessoas arbitrariamente em 2003”, diz o texto.

Segundo o Departamento

de Estado, a polícia brasileira, em geral, esteve implicada em atividades criminosas como assassinatos por encomenda, extorsões, seqüestros e tráfico de drogas. A Polícia Federal é acusada de omissão na investigação de violações dos direitos humanos por autoridades estaduais.

O informe aponta ainda discriminação racial no Brasil, dizendo que os negros são mais visados pelos policiais, além de, normalmente, receberem um salário menor do que os dos brancos. O documento também afirma que, em 2003, pelo menos 25 mil brasileiros estavam submeti-

dos a trabalho escravo, e 2,2 milhões de crianças trabalhavam sem pagamento.

Meio milhão de menores são empregados domésticos

O documento registra também que 500 mil crianças e adolescentes são empregados domésticos, a maioria com uma carga de 40 horas semanais e recebendo menos da metade do salário-mínimo. Segundo os dados disponíveis, 20% dessas crianças tinham entre 10 e 14 anos. O informe também considera insuficiente o salário-mínimo de R\$ 240.

Ao divulgar o documento, o

secretário de Estado, Colin Powell, avisou que ele é uma referência importante para a política externa do presidente George W. Bush:

— Ele é uma expressão da vigilância dos EUA no monitoramento de outros países e serve para responsabilizar seus líderes pelo tratamento que dão aos compatriotas.

O Departamento de Estado, desde 1977, por lei, tem de preparar esse estudo anualmente. China, Cuba, Coreia do Norte e Líbia foram apontados, como de hábito, como os países onde os abusos são mais graves. ■